



CANOASPREV

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS

Ata Nº: 555- Conselho Deliberativo do CANOASPREV

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, na sede do instituto, reúne-se ordinariamente o Conselho Deliberativo do Canoasprev, nas dependências da instituição. Presentes na reunião: Presidente do Conselho Deliberativo Gerson Luiz de Antoni, vice-presidente Fernanda Longoni Pfeil, secretaria Elisabete Scheitt de Oliveira, conselheira Amada da Glória Nery, conselheiro Haniel Duarte Moreira, conselheiro André Afonso Heck, conselheiro Douglas dos Santos Klafke e conselheira Evandra Farias Batista. Ausente com justificativa: conselheiro Luis Gustavo Crus da Silva e conselheira Daniela Marina Beling. Ausente sem justificativa: Delmar da Silva Furtado. Pauta: 1- Aprovação da ata anterior; 2 - Avisos, comunicações e registros de fatos; 3 - Deliberação sobre os processos das minutas em tramitação; 4 - Apreciação e deliberação de ofícios; 5 - Assuntos gerais. Passando ao item 1- Aprovação da ata anterior. Lida, ajustada e aprovada a ata anterior será encaminhada para publicação. Presidente Gerson sugere passarmos ao item 3 devido a relevância de conclusão deste assunto. Passando ao item 3 - Deliberação sobre os processos das minutas em tramitação. A conselheira Fernanda passa a leitura da relatoria sobre a minuta do PLC Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas. Feita a explanação pela relatora, a plenária do conselho acompanha o voto da relatora por unanimidade. Na sequência a conselheira Amada passa a leitura da relatoria sobre a minuta do PELO- Projeto Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 43. Feita a explanação pela relatora, a plenária do conselho acompanha o voto da relatora por unanimidade. Passando ao item 4- Apreciação e deliberação de ofícios. Ao final das deliberações, ambos relatórios são encaminhados pelo SEI ao gabinete da presidência do Canoasprev. Nada mais havendo a tratar, se encerra a reunião e a presente ata aprovada pelo conselho, conforme lista de presença em anexo, será encaminhada para publicação no site do CANOASPREV.

Elisabete Scheitt de Oliveira
Gerson Luiz de Antoni

CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DAS PRESENCAS

DATA: 22/10/2025

Nº DA REUNIÃO: 555 - ORDINARIA

TITULARES:

Amada da Glória Nery

Elisabete Scheitt de Oliveira

Fernanda Longoni Pfeil

Gerson Luiz de Antoni

Delmar da Silva Furtado

Haniel Duarte Moreira

Luis Gustavo Crus da Silva

Amada da Glória Nery.
Elisabete Scheitt de Oliveira
Fernanda Longoni Pfeil
Gerson Luiz de Antoni
Delmar da Silva Furtado
Haniel Duarte Moreira
Luis Gustavo Crus da Silva

SUPLENTES:

André Afonso Heck

Daniela Marina Beling

Delfino do Nascimento Neto

José Ilair Spolavori

Douglas dos Santos Klafke

Evandra Farias Batista

André Afonso Heck
Daniela Marina Beling
Delfino do Nascimento Neto
José Ilair Spolavori
Douglas dos Santos Klafke
Evandra Farias Batista

Requerente: Gabinete do Presidente do Canoasprev

Assunto: Análise do Projeto de Lei do RPPS – Canoasprev

Conselheira Relatora: Fernanda Longoni Pfeil

Data: 01/10/2025

I – DO OBJETO

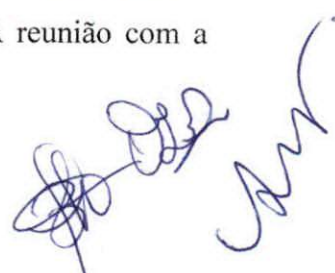
Trata-se da análise e emissão de parecer sobre a **Minuta do Projeto de Lei** encaminhada de forma unilateral ao Conselho Deliberativo, **sem discussão prévia com as entidades representativas**.

II – DA ANÁLISE

A Minuta do Projeto de Lei foi apresentada ao Conselho em **10/07/2025**, em reunião extraordinária convocada pelo Presidente do Colegiado, para tratar da proposta de **Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**, elaborada e encaminhada pelo Presidente da Autarquia.

Desde logo, registro que **o prazo estipulado para análise e deliberação se mostrou insuficiente**, considerando a complexidade e relevância do tema. A análise exige leitura e compreensão detalhada da legislação vigente, como, por exemplo, a **Portaria MTP nº 1.467/2022**, que estabelece diretrizes gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, em conformidade com a **Lei nº 9.717/1998**, os **arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887/2004**, e a **Emenda Constitucional nº 103/2019**.

- A Conselheira entende que **os dados apresentados não oferecem segurança** e que o atuário responsável **deveria ser convocado para esclarecimentos detalhados**. A reunião com a



atuária ocorreu na data 04/08/2025, onde as informações repassadas verbalmente não condizem com o material que o Conselho Deliberativo recebeu da Presidência do CANOASPREV.

- Diante dessa insegurança, o Conselho Deliberativo solicitou ao executivo a contratação de novo estudo atuarial por empresa distinta. Até o presente momento o processo licitatório não ocorreu.

III – DA ALTERAÇÃO DA BASE PREVIDENCIÁRIA

Em relação à alteração da **base de contribuição previdenciária** para o **teto do RGPS**, conforme disposto no **art. 32 da minuta**, essa Conselheira manifesta **concordância**, por entender que a medida corrige **grave injustiça aos Servidores Municipais**, conforme prevista originalmente na **LC nº 08/2021, art. 2º**, alterada pela **LC nº 10/2022**.

IV – CONCLUSÃO

Encaminho essas dúvidas, **bem como sugestões para qualificar o texto, salvo melhor juízo da Procuradoria Geral do Município**, como segue:

Art. 21- no § 1º- Acrescentar o prazo limite, em que o Canoasprev deve informar para o Município, no que se refere ao valor que deva ser depositado em relação a contribuição mensal, já que o Município deve depositar, no mínimo, em dois dias úteis, como data limite;

Art. 21 – no § 3º- Alterar para a seguinte redação: Os percentuais de contribuição previstos serão avaliados atuarialmente, conforme dispõe a legislação federal e deverão ser analisados e aprovados, através de parecer do Conselho Deliberativo do CANOASPREV;

Art. 26- Incluir no texto que deva passar pela Deliberação do Conselho deliberativo;

Art. 34- Incluir no texto, deste artigo, que a validade de qualquer PL que inclua valores na composição da remuneração, que impacte na aposentadoria, só poderá acontecer após cálculo atuarial;

Art. 53- § 3º- Substituir a palavra “ato” pelas palavras “Lei Municipal”

Art. 83- Retirar do texto o Artigo 27 e o Caput do Art. 16 da Lei 4.739/2003, pois trata-se de legislação específica do Canoasprev, que deverá ser alterada através de legislação pertinente e analisada separadamente.

Solicito: Incluir na minuta de PL um artigo que contemple conteúdo da PEC 136/2025, no que se refere ao Programa de Regularização Previdenciária, nos termos dos §§ 1º, 2º, 3º do Art. 115, §§ 1º ao 12º, incisos I ao VIII, alíneas e incisos, do Art. 116, Parágrafo único, do Art. 116-A e Art. 117, observando os prazos para formalização deste parcelamento, tendo em vista que o cálculo atuarial, apresentado para a revisão da segregação de massa dos 590 pensionistas, apresentou-se insuficiente e até o presente momento o Conselho Deliberativo aguarda novo estudo atuarial para garantia desta migração de vidas

Fernanda Longoni Pfeil
Conselheira Relatora
Conselho Deliberativo do Canoasprev



III – Decisão do Conselho: O conselho delibera por unanimidade acompanhar o voto do relator. *Elinda Pfeil*
Assinada de Carlos Augusto Pfeil

CANOASPREV

(X) Conselho Deliberativo () Conselho Fiscal () Diretoria Executiva () Outros	Processo: Nº do processo ou memorando...	Data da Entrada: 00/00/0000 Data sessão: 00/00/0000
INTERESSADO: CANOASPREV		
ASSUNTO: Projeto de Emenda à Lei Orgânica		() Apreciação (X) Deliberação
RELATOR: Amada da Glória Nery		

I – Relatório:

1 – Do objeto – Análise do Projeto Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 43, de 04 de novembro de 2021, De Canoas.

Trata-se da análise e emissão de parecer sobre o projeto de emenda que altera a Lei Orgânica, encaminhado ao conselho deliberativo, sem prévio estudo para análise, para compararmos o documento, sua estrutura, sua legislação e os principais argumentos baseado na legislação vigente.

É importante amplo debate com as entidades que representam os servidores públicos do município de Canoas.

2 – Análise: O projeto de Lei foi apresentado ao Conselho Deliberativo em 10/07/2025, em reunião extraordinária, pelo Presidente do Canoasprev, para tratar da Emenda à Lei Orgânica Municipal De Canoas e outras providências.

Prazo estipulado para análise e estudo do documento foi curto devido a legislação que o envolve. O documento é de alta complexidade, necessitando assim, de mais tempo para estudo e análise.

Considerações Gerais:

Neste projeto de Emenda Da Lei Orgânica Municipal nº 43, de 04 de novembro de 2021. Art. 112 §2º sobre repasses de contribuição, não cita o prazo. Conforme Lei anterior o prazo era até 5 dias do mês seguinte.

II – Voto do Relator:

A avaliação de um projeto Lei envolve uma análise detalhada de diversos aspectos, como a redação jurídica e sua adequação aos princípios constitucionais pois é Emenda Da Lei Orgânica Municipal nº 43, de 04 de novembro de 2021.

Art. 111 V- Não é possível aprovar a manutenção de valores, em caso de afastamento de segurado do RPPS, com base em legislação que ainda não foi regulamentada.

Art. 112 §2º -A atual redação deverá manter a redação conforme Lei anterior do prazo de até 5 dias do mês seguinte.

No entanto o Art. 2º e o Art. 3º deste Projeto de lei não esclarecem a quais artigos da Lei orgânica se referem.

III – Decisão do Conselho:

O conselho delibera por maioria do colegiado acompanhar o voto do relator.
Eliete Oliveira, DD, Ju